

# NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

## Índice

Demonstração do resultado do exercício.....	5
Demonstração do resultado abrangente do exercício .....	6
Demonstração dos fluxos de caixa .....	7
Balço patrimonial .....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	9

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais.....	10
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis .....	11
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	12
4	Investimentos .....	13
5	Patrimônio líquido.....	14

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Diretores  
NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da NK 231 Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NK 231 Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

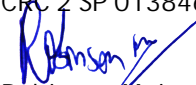
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP 013846/O-1

  
Robinson Meira

Contador CRC 1 SP 244496/O-5

NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.  
Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

---

	2025	2024
Resultado de participações societárias		
Equivalência patrimonial	(3.046)	1.459
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(3.046)</u>	<u>1.459</u>

NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.  
Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

---

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(3.046)	1.459
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(3.046)	1.459

NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.  
Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

---

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.046)	1.459
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Equivalência patrimonial	4 (b)	3.046	(1.459)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		-	-
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		-	-

NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.  
Balço patrimonial  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Ativo			
Não circulante			
Investimento	4	243.333	246.379
		<u>243.333</u>	<u>246.379</u>
Total do ativo		<u>243.333</u>	<u>246.379</u>
	Nota	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Dividendos a pagar		347	347
		<u>347</u>	<u>347</u>
Total do passivo		<u>347</u>	<u>347</u>
Patrimônio líquido	5		
Capital social		244.920	244.920
Reservas de lucros		-	1.112
Prejuízos Acumulados		(1.934)	-
Total do patrimônio líquido		<u>242.986</u>	<u>246.032</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>243.333</u>	<u>246.379</u>

NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.  
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
 Exercícios findos em 31 de dezembro  
 Em milhares de reais

	Reserva de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva legal	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2024	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.459	1.459
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	1.459	1.459
Demais mutações patrimoniais do exercício					
Aumento de capital	244.920	-	-	-	244.920
Destinação do resultado do exercício					
Constituição de reserva legal	-	73	-	(73)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(347)	(347)
Retenção de lucros	-	-	1.039	(1.039)	-
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	244.920	73	1.039	(1.459)	244.573
Em 31 de dezembro de 2024	244.920	73	1.039	-	246.032
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.046)	(3.046)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(3.046)	(3.046)
Destinação do resultado do exercício					
Absorção de prejuízo do exercício	-	(73)	(1.039)	1.112	-
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	(73)	(1.039)	1.112	-
Em 31 de dezembro de 2025	244.920	-	-	(1.934)	242.986

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Considerações gerais

A NK 231 Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima fechada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo que foi constituída em 15 de março de 2023.

A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.

A Companhia é controlada direta da *holding* Jaiba V Holding S.A. ("Jaiba V"), sendo controlada indireta das companhias CESP Companhia Energética de São Paulo ("CESP") e Auren Energia S.A. ("Auren").

As controladas operacionais da Companhia possuem as características listadas abaixo:

	Capacidade (Mw)	Localização	Início da concessão ou outorga	Término da concessão ou outorga
Complexo Solar Jaibas ("UFV Jaibas"):				
Jaiba CE Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaiba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaiba NO2 Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaiba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaiba SO Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaiba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Total de capacidade	120,0			

### 1.1.1 Principais eventos operacionais

#### (a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração solar:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, condicionada à definição de critérios pelo Poder Concedente.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regulamentação do armazenamento de energia elétrica:

A lei introduz diretrizes para regulamentação dos sistemas de armazenamento, incluindo baterias e outras tecnologias, além de prever incentivos ao seu desenvolvimento.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

A prorrogação pode ser antecipada em até 5 anos, com vigência imediata.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgarão informações adicionais quando houver impactos relevantes sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

### 2.1 Declaração de Conformidade

#### (a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2025, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* ("IFRIC"), ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### (b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 27 de março de 2026.

#### (c) Base de apresentação

Em 2023, a Companhia tinha apenas saldo em caixa e capital social, no montante de R\$ 100 reais, como a divulgação dessas demonstrações financeiras está em milhares de reais, não há apresentação a ser divulgada nas colunas de período comparativo.

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis.

A Companhia adotou a isenção prevista no Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e não elaborou as demonstrações financeiras consolidadas pelos seguintes motivos:

- (i) Os acionistas não fazem objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas;
- (ii) Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto;
- (iii) A Companhia não registrou nem está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto;
- (iv) Sua controladora direta CESP apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro.

Pelos fatos apresentados acima a Diretoria da Companhia entende que a não consolidação das controladas não causam impactos relevantes na avaliação das suas demonstrações financeiras.

As divulgações de participações em outras entidades estão de acordo com os requisitos do CPC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em outras Entidades.

### Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações financeiras individuais, no montante de R\$ 347 (R\$ 347 em 31 de dezembro de 2024).

Para honrar esses compromissos, a Administração complementarará os recursos do ativo circulante com outras fontes de liquidez, como recursos oriundos de subsidiárias, aportes dos controladores, além de ter amplo acesso ao mercado de capitais. A Administração entende que tais fontes, aliadas à capacidade recorrente de geração de caixa, asseguram a continuidade operacional no curso normal dos negócios.

## 2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

## 2.3 Controladas

A seguir a tabela das empresas controladas da Companhia:

	2025		2024		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
Jaiba CE Energias Renováveis S.A.	50%	50%	50%	50%	Direto	São Paulo - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NO2 Energias Renováveis S.A.	50%	50%	50%	50%	Direto	São Paulo - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba SO Energias Renováveis S.A.	50%	50%	50%	50%	Direto	São Paulo - Brasil	Geração de energia elétrica

A Companhia possui operações de alienação de participação societária das investidas, para as quais, apesar das correspondentes alienações, há cláusulas contratuais que garantem à estas controladas o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidadas em 100%.

## 3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

### (a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia em 2025

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(b) **Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis não adotadas pela Companhia em 2025**

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatárias para o período findo em 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

**Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 18**

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

**Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 19**

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais em suas controladas.

**4 Investimentos**

**Política contábil**

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Companhia e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) **Composição**

	Informações em 31 de dezembro de 2024				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo
	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2025	2024	2025
<b>Investimentos avaliados por equivalência patrimonial</b>							
Jaiba CE Energias Renováveis S.A.	164.784	(510)	50,00	50,00	(255)	(505)	82.392
Jaiba NO2 Energias Renováveis S.A.	160.838	(4.781)	50,00	50,00	(2.391)	(476)	80.419
Jaiba SO Energias Renováveis S.A.	161.844	(800)	50,00	50,00	(400)	(478)	80.522
					<u>(3.046)</u>	<u>(1.459)</u>	<u>243.333</u>
							<u>246.379</u>

(b) Movimentação

	2025	2024
Saldo no início do exercício	246.379	-
Aquisição de investimento - via recebimento de ações	-	244.920
Equivalência patrimonial	(3.046)	1.459
Saldo no final do exercício	<u>243.333</u>	<u>246.379</u>

5 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 244.920, composto por 244.919.508 ações ordinárias e preferenciais, conforme demonstrado abaixo:

	Capital social integralizado	Quantidade de ações - em unidades						
		Ordinárias			Preferenciais		Total	
		Classe A	Classe B	%	PN	%	%	
Acionistas controladores								
Jaiba V Holding S.A.	244.920	2.449.195	120.010.559	50%	122.459.754	50%	244.919.508	100%
	<u>244.920</u>	<u>2.449.195</u>	<u>120.010.559</u>	<u>50%</u>	<u>122.459.754</u>	<u>50%</u>	<u>244.919.508</u>	<u>100%</u>

(b) Reserva de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo ou aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado à conta de retenção de lucros prevista no estatuto social da Companhia (reserva para investimentos), que terá por fim assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e expansão das suas atividades sociais, até que tal reserva atinja o valor equivalente a 80% (oitenta por cento) da cifra do capital, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

(c) Prejuízos acumulados

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia auferiu prejuízo de R\$ 1.934, o qual foi integralmente destinado à rubrica de "Lucros (Prejuízos) acumulados".